

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, O ANTI-DEPENDENTISTA

Carlos Águedo Nagel Paiva*

Resumo

Neste trabalho defendemos o ponto de vista de que as teses defendidas por Fernando Henrique Cardoso a partir do final dos anos 60 acerca da “nova forma” da dependência latino-americana correspondem à primeira grande crítica negativa daquelas teses dependentistas que deitam raízes nas teorias do imperialismo de Bukharin e Baran e/ou nas teses cepalinas acerca do peculiar desenvolvimento capitalista latino-americano. Outrossim, procuramos demonstrar que, nesses trabalhos, Cardoso faz um resgate muito particular da teoria leninista do imperialismo. Na verdade, esta teoria é levada ao paroxismo, e se resolve numa leitura ricardo-schumpeteriana do investimento capitalista, onde são negadas as circunscrições distributivas e de demanda sobre o processo de acumulação na periferia. Tal leitura, por sua vez, acaba por abrir espaço a um projeto de desenvolvimento marcadamente liberal, assentado sobre a articulação *tout court* das economias periféricas ao capital internacionalizado.

1) Introdução

O ano de 1998 tornou-se o palco de todo um conjunto de eventos e comemorações dos “30 anos da Teoria da Dependência”. A (desde logo, discutível) eleição de 68 como marco da emergência da Teoria da Dependência tem por base o fato de que é neste ano que o trabalho clássico de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto passa a galvanizar a polêmica em torno da crise do projeto cepalino e das políticas econômicas industrialistas dos anos 50 na América Latina.

Estamos longe de pretender discutir a importância do trabalho maior de Cardoso e Faletto. Mas pretendemos que *Dependência e desenvolvimento na América Latina* não pode ser tomado como um marco (e, muito menos, como “o marco genético”) da Teoria da Dependência. Pelo contrário, pretendemos que este trabalho consubstancie a primeira grande crítica **negativa** da Teoria da Dependência. Uma crítica que comporta, tanto contribuições teóricas, quanto equívocos analíticos graves.

Será na trilha dos trabalhos pioneiros de Paul Baran, que situaremos nossa crítica à “teoria da dependência” de Fernando Henrique Cardoso. O que significa

dizer que, longe de situá-la no campo do **anti-dependentismo** (que, de fato, reputamos ser o campo de Cardoso), tampouco a situamos no campo do **dependentismo stricto sensu**. Afinal, este último movimento só poderia nos remeter ao resgate extemporâneo das leituras esgrimidas pela CEPAL e demais frações da esquerda nacionalista e anti-americanista dos anos 50, ou ao resgate das leituras (que conseguem ser ainda mais “datadas”) de uma esquerda escatológica e vanguardista dos anos 60 (da qual Gunder Frank é a expressão superior), que apostava na inviabilidade de desenvolvimento capitalista periférico.

2) Os fundamentos lógico-históricos da Teoria da Dependência

Em seu “A dependência revisitada”, Fernando Henrique nos diz que

“Quase todos os conceitos manejados pelas ciências sociais podem remontar a autores que, por critérios vários, são considerados clássicos. ... Isso ocorre também com a noção de dependência. Por certo, mesmo sem remontar para trás do século XX, na pena de Lênin e de Trotsky, por exemplo, a expressão *dependência* ocorreu com certa frequência. ... **Lênin formulou, com simplicidade, o principal sobre a dependência como uma forma de articulação entre duas partes de um mesmo modo de produção e sobre a subordinação de um modo de produção sobre o outro.** Não vou repisar sobre o conhecido”

A passagem, aparentemente despretensiosa é altamente esclarecedora da perspectiva de “dependência” de Cardoso. Aqui – num movimento ambivalente - a categoria dependência é tanto diluída numa tradição secular e plural, quanto é referenciada primariamente a Lênin. E esta diluição/referenciação está longe de ser gratuita. Na verdade, se há algo que falta à (sem sombra de dúvida, brilhante) teoria leninista do imperialismo é uma teoria da dependência. Para Lênin, a essência do imperialismo é a **exportação de capitais** (e, como tal, de relações capitalistas de produção) **para a periferia** do globo em função da sobreacumulação no centro. Em suas palavras:

“Enquanto o capitalismo continuar capitalismo, o excedente de capitais será [canalizado], não para elevar o nível de vida das massas de um dado país, pois daí resultaria uma diminuição de lucros para os capitalistas, mas para aumentar estes lucros mediante exportação de capitais para o estrangeiro, para os países subdesenvolvidos. Aí normalmente os lucros são elevados porquanto escasseiam os capitais, são relativamente baixos o preço da terra e de igual

modo os salários, e as mercadorias têm também um preço baixo. **As possibilidades de exportação de capital resultam de um certo número de países atrasados serem, desde agora, arrastados na engrenagem do capitalismo mundial, de aí terem sido construídas ou estarem em vias de construção grandes ferrovias, de aí se encontrarem reunidas as condições elementares do desenvolvimento industrial.”**

Para além da evidente confiança que Lênin deposita na capacidade do movimento de exportação de capitais impulsionar o desenvolvimento capitalista na periferia, há que se observar nesta passagem a discreta (mas nem por isto menos problemática) aderência do autor à leitura ricardiana de oposição simples e direta entre lucros e salários. A periferia seria atraente porque, aí, os salários são baixos. E o excedente de capitais no centro não podem ser canalizados para aplicações que redundem na melhoria das condições de vida da população trabalhadora porquanto “daí resultaria uma diminuição de lucros para os capitalistas”.

A importância da identificação deste viés ricardiano em Lênin encontra-se no fato de ser ele que estrutura todo o anti-dependentismo deste autor e, por extensão, de Cardoso. Para Lênin, o fato de que o capital monopolista internacionalizado, ao ingressar na periferia, destrua com a pequena produção artesanal e com todas as formas pretéritas de produção, colocando parcela expressiva da população na mais absoluta miséria, não é um problema *para o capital*. Pelo contrário: o desemprego e a miséria que redundam do avanço imperialista se resolvem em baixos salários e – “por consequência” – em lucros elevados. Lucros elevados estes que, confrontados com as amplas oportunidades de investimentos abertas pela própria destruição das formas pré-(ou sub)-capitalistas de produção, **transformam a periferia no palco privilegiado da acumulação mundial na fase superior da ordem burguesa.**

Ora, esta leitura “otimista” de Lênin acerca das impulsões homogeneizantes do imperialismo sobre a ordem capitalista mundial vai contrastar fortemente com propostas alternativas de interpretação do mesmo fenômeno oriundas de distintos autores marxistas da primeira metade do século. Em consonância com Florestan, vemos na teoria do imperialismo de Bukhárin uma versão alternativa à leitura leninista que é particularmente instigante na medida em que contrapõe e articula as impulsões homogeneizantes e heterogeneizantes do processo imperialista de integração da economia mundial.

Não gratuitamente, o primeiro capítulo de *A economia mundial e o imperialismo* de Bukhárin é dedicado à uma análise dos determinantes da divisão internacional do trabalho. E a tese aí esgrimida é a de que, se as diferenças na disponibilidade de “recursos naturais” encontram-se na base da divisão do trabalho, esta é uma base que se torna crescentemente insignificante, na medida em que se desenvolve a troca (que consolida a especialização) e a grande indústria (que re-funda a especialização a partir de diferenciais de disponibilidade de capital e tecnologia). E a conclusão de Bukhárin é a de que

“a desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas cria diversos tipos econômicos e diversas esferas industriais, alargando desse modo a divisão internacional do trabalho sobre uma base social. **Queremos referir-nos à diferença existente entre os países industriais, que importam produtos da agricultura e exportam produtos manufaturados, e os países agrários, que exportam produtos agrícolas e importam produtos da indústria.**”

O interessante a observar é que Bukhárin não vai contrapor esta leitura “quase-cepalina” do comércio mundial enquanto um indutor perverso da especialização regional à leitura Leninista do imperialismo enquanto movimento de internacionalização da ordem produtiva industrial sob padrões monopolistas. A diferença – sutil, mas importante – entre a leitura de Bukhárin e a de Lênin encontra-se no fato de que, para o primeiro, **a especialização definida pelo comércio mundial circunscreve as áreas de ingresso do capital excedentário cêntrico na periferia.** Desta forma, para Bukhárin a integração econômico-produtiva entre centro e periferia se estabelecerá de uma forma tal que a “industrialização” da periferia acaba por se tornar um instrumento alavancador da acumulação cêntrica nos setores de alta tecnologia, em particular nos setores produtores de máquinas e insumos industriais.

Como se isto não bastasse, Bukhárin – mais uma vez, na contramão de Lênin - vai apontar para as consequências deletérias do pauperismo e concentração de renda na periferia articulados pelo imperialismo no que diz respeito à consolidação dos mercados periféricos para a recepção de investimentos “não-especificamente-coloniais”. Esta leitura – que faz eco à leitura de Rosa Luxemburgo, segundo a qual a limitação de mercados é tanto o fundamento quanto (contraditoriamente) o desdobramento necessário do imperialismo – não será, contudo, objeto de

desenvolvimento sistemático por parte de Bukhárin. O que não deve surpreender.

Na realidade, será apenas na segunda metade do século XX – a partir da influência mais geral da revolução keynesiana e, em particular, da obra de Michal Kalecki – que um conjunto de autores marxistas tomará as limitações de mercado, associadas à divisão internacional do trabalho e à consolidação de uma ordem distributiva especificamente monopolista e concentradora na periferia, como fundamento da reprodução dependente das economias subdesenvolvidas. Esta tese – que será tardiamente (e de forma algo equivocada) abraçada pelos economistas cepalinos que buscaram explicar a significativa queda das taxas de crescimento da América Latina a partir de meados dos anos 60 – emergirá com a máxima clareza n’A *Economia Política do Desenvolvimento* de Paul Baran.

O que desde logo chama a atenção neste autor é o destemor com que trabalha a **contradição real** que caracteriza o imperialismo enquanto um conjunto de impulsões positivas e negativas ao desenvolvimento capitalista da periferia. Segundo Baran:

“A penetração do capitalismo ocidental nos países hoje subdesenvolvidos se, por um lado, acelerou, com irresistível energia o aparecimento de *alguns* pré-requisitos básicos para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou, com igual força, o amadurecimento de outros. A remoção de grande parcela do excedente econômico anteriormente acumulado e daquele que era continuamente gerado pelos países invadidos não podia causar senão sério retrocesso em sua acumulação primitiva de capital. A circunstância de que passaram a ficar expostos à concorrência ruinosa de países estrangeiros não podia significar senão a asfixia de sua incipiente indústria. Embora a expansão da circulação de mercadorias, a pauperização de grande número de camponeses e artesãos e o contato com tecnologia ocidental tenham proporcionado poderoso impulso ao desenvolvimento do capitalismo, esse desenvolvimento foi desviado de seu rumo normal, deformado, mutilado, a fim de se adaptar aos objetivos do imperialismo ocidental.”

As determinações deste movimento deformante do padrão e dinâmica do desenvolvimento capitalista periférico são múltiplas, e a hierarquização das mesmas é indissociável do padrão histórico peculiar dentro do qual se deu a integração das economias não-capitalistas ao centro do sistema. Contudo, para Baran, no cerne deste movimento deformante encontra-se a violenta concentração de renda e propriedade que o imperialismo tende a impor à periferia ao sobrepor formas monopólicas de

produção e concorrência a estruturas econômicas tradicionais, marcadas por mercados que são restritos em dimensão absoluta e em dinamismo. Em particular, a concentração de renda associada à ordem monopolista tende a limitar

“a procura global dos consumidores, sem que essa [alcance ser] contrabalançada por um aumento dos investimentos. O investimento seria na realidade desencorajado pela redução das compras dos consumidores. Além disso, a disponibilidade de mão-de-obra barata tenderia a enfraquecer os incentivos para a introdução de equipamentos economizadores de mão-de-obra, equipamentos estes cujo desenvolvimento e produção representam uma importante oportunidade de investimento. Assim o aumento da oferta de trabalho [associado à destruição de formas pré-capitalistas de produção] e o barateamento da mão-de-obra podem levar não ao aumento do investimento e da produção, mas ao aumento do desemprego, ainda que disfarçado. A circunstância de que esse pode ser o resultado não muito difícil de se obter é sugerida pela experiência dos países subdesenvolvidos Pode-se, ao mesmo tempo, afirmar em favor dessa tese que foi precisamente a relativa escassez de mão-de-obra durante todo o período inicial da História americana que possibilitou o grande volume de investimento, o rápido progresso da tecnologia e o resultante aumento da produtividade nos Estados Unidos.”

A tese - cuja inflexão kaleckiana e steindliana é explícita - se desdobra na crítica à pretensão de que a existência de “áreas abertas ao investimento” na periferia consubstanciem um contraponto suficiente às consequências deletérias associadas à restrição crônica de mercado. Para Baran, a dinâmica do investimento é determinado primariamente pela pressão da concorrência e pelos custos de oportunidade financeiros; e apenas secundariamente pela existência ou inexistência de “áreas abertas”. Afinal,

“existem grandes áreas subdesenvolvidas na maioria dos países capitalistas adiantados: há enormes oportunidades de investimento no sul dos Estados Unidos, nas regiões em declínio da Grã-Bretanha, em grande parte da França, da Itália ou da Escandinávia. [Na verdade], quando as condições são propícias ao investimento, sempre se encontram oportunidades para investir; quando o investimento perde o vigor, oportunidades de investimento que em outras circunstâncias seriam consideradas excelentes não são aproveitadas”.

O drama dos países periféricos encontrar-se-ia, assim, no fato de que, **ao se abrirem integralmente à ordem capitalista mundial, reproduzem em seu interior, de forma acelerada e amplificada, as limitações de mercado, de ordenamento competitivo e de ordenamento financeiro que conduzem à depressão do investimento produtivo e da taxa histórica de crescimento das**

economias capitalistas centrais. Sem dúvida aqui encontram-se definitivamente postos os fundamentos teóricos de uma efetiva Teoria da Dependência.

3) O anti-dependentismo de Fernando Henrique Cardoso

Como vimos acima, por oposição a Florestan, que identifica no cruzamento das teses de Bukhárin e Baran as raízes da moderna teoria da dependência, Cardoso vai tomar Lênin como referência privilegiada de sua reflexão. Esta referenciação está longe de ser gratuita e, de fato, organiza toda a sua peculiar (porquanto absolutamente crítica) leitura da “dependência”.

Como se sabe, a formulação original da leitura de Cardoso encontra-se em seu trabalho escrito em parceria com Faletto, e a tese central do mesmo encontra-se no seu último capítulo, intitulado “A internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência”. Neste capítulo, Cardoso procurará demonstrar, primeiramente, que as condições internacionais que deram sustentação à industrialização latino-americana entre os anos 10 e os anos 50 deste século, eram absolutamente particulares, associadas às duas Grandes Guerras, à Grande Depressão e ao início da Guerra Fria. Para o autor,

“O término dessa conjuntura teve efeitos distintos em cada um dos países considerados, em função sempre do acordo político específico antes alcançado, pois ele havia possibilitado variados graus de progresso nas políticas de industrialização.”

Contudo, dessa diversidade estrutural, não se deve extrair a conclusão de que houvesse um conjunto amplo de alternativas e possibilidades abertas à frente das diversas nações latino-americanas. Na realidade, para Cardoso, nas novas circunstâncias do capitalismo mundial

“as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo.”

E uma tal abertura pressupõe a sustentação da relação de dependência da periferia frente aos centros imperiais. Contudo, Cardoso se apressa em esclarecer que

“são somente superficiais as semelhanças que parecem existir entre essa nova forma de dependência e a situação de dependência que existe nas economias formadas através de enclaves.

Talvez poder-se-ia dizer que **nesse caso acontece o contrário do que ocorre em uma economia de enclave**, pois enquanto as decisões de investimento dependem, ainda que parcialmente do exterior, o consumo é interno. Inclusive, **nos casos mais típicos, manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que ... solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno.”**

A oposição às teses de Baran (e, por extensão, ao “cepalismo tardio”) é demasiado evidente e prescinde de comentários. Mas ela não se esgota na pretensão de Cardoso de que haveria uma “forte tendência ao reinvestimento local” dos lucros apropriados pelas empresas multinacionais. Ela avança sobre a própria concepção do padrão de integração da economia mundial que se abre a partir da segunda metade do século XX. Para Cardoso, nas formas pregressas de dependência

“o Estado nacional [podia] dirigir, dentro de suas fronteiras, uma série de instrumentos políticos como resposta às pressões do mercado externo (por exemplo uma política monetária ou de defesa do nível do emprego), e conseguir assim resguardar parte da autonomia nacional precisamente nas decisões de investimento e consumo; **para o novo tipo de desenvolvimento, os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente ao âmbito interno, na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional”**

Só que , para o autor, tal “ordenamento supranacional” (que implica abrir mão de políticas monetárias – e, por consequência, cambiais - ou de emprego autônomas) não envolve propriamente um aprofundamento da dependência. Pelo menos não para aqueles países que, havendo internalizado um setor produtor de bens de capital, superam à barreira da “capacidade de importação”. Pare estes – em cujo rol, presumivelmente, já se encontraria o Brasil –

“os vínculos posteriores com o mercado internacional poderiam ser do tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há interdependência”

O otimismo da leitura é absolutamente notável, levando ao paroxismo a

pretensão Leninista de que a periferia tende a se tornar o palco privilegiado da acumulação capitalista na fase imperialista. Tal amplificação não é, contudo, gratuita. Como já sinalizamos, o Lênin que Cardoso resgata é o Lênin que – na luta política contra o movimento *narodnik* - leva tão longe os seus argumentos críticos à tese da inviabilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia que se deixa “cair” em ricardianismo, tomando a oposição lucros/salários de forma simples e anti-dialética. É este Lênin que vai referenciar (de forma igualmente amplificada) a crítica de Cardoso às (então emergentes) teses estagnacionistas cepalinas. Só que (à diferença das críticas de Lênin aos populistas, ou das críticas supracitadas de Tavares e Serra a Furtado, que são circunstanciadas e analiticamente rigorosas), Cardoso criticará de forma subdeterminada e genérica a mera hipótese (cujas raízes encontram-se em Baran) de que a concentração de renda aberta pela internalização do capitalismo monopolista tenderia a deprimir a reinversão produtiva e o crescimento das economias latino-americanas. Por oposição, Cardoso pretenderá que

“para essa [nova] forma de desenvolvimento, supõe-se o funcionamento de um mercado cujo dinamismo baseia-se principalmente, no incremento das relações entre produtores – entre as próprias empresas – que se constituem nos ‘consumidores’ mais significativos para a expansão econômica. **Em consequência, para aumentar a capacidade de acumulação desses ‘produtores-consumidores’ é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento”.**

Ora, esta leitura é tão simplória que não merece sequer a caracterização de ricardiana. Na verdade, Cardoso trata genericamente as demandas intercapitalistas como demandas que, de alguma forma, seriam alternativas às demandas de consumo. Neste movimento, confunde a demanda por insumos e bens intermediários - que só se impõem como resposta a demandas de bens finais – e a demanda de bens de capital, associada a novos investimentos. De fato, apenas a demanda por bens de capital é uma demanda autônoma e, como tal, é a única que pode sustentar o nível de utilização da capacidade e – por consequência – o crescimento da economia em condições de depressão do consumo. Mas a taxa de investimento só se mantém elevada se o conjunto (ou a maioria) dos empresários capitalistas (incluindo-se aí os produtores de bens de consumo) sustentam expectativas de que **a demanda futura por suas mercadorias será maior do que a demanda corrente.** O que – como bem o sabem

os leitores de Marx, Keynes, Kalecki, ou Baran – está longe de ser a condição normal do sistema capitalista; em particular em uma conjuntura de depressão acelerada da taxa e da massa de salários.

É bem verdade que se poderia tentar defender este “otimismo” com relação às expectativas de realização dos capitalistas “transnacionalizados” em termos estritamente ricardianos. Mas isto envolve pressupor que – como em Ricardo – o padrão competitivo da economia é virtualmente perfeito, de forma que o reinvestimento produtivo dos lucros torna-se virtualmente compulsivo até o atingimento do estado estacionário. Não nos parece que Cardoso seja capaz de tamanha ingenuidade.

Na verdade, há ricardianismo em Cardoso. Mas não há **só** ricardianismo. Ao lado desta filiação teórica equívoca, a má teoria do investimento capitalista de Cardoso deita suas raízes na filiação weberiana – e, como tal, rigorosamente individualista metodológica e aberta ao diálogo com a tradição austríaca da economia neoclássica – de Fernando Henrique Cardoso. Senão vejamos.

Como se sabe, Cardoso é um sociólogo da segunda geração uspiana; e será exposto à tradição sociológica alemã pelo menos com a mesma intensidade que às tradições francesa e marxista. E esta exposição não será inconsequente. Como Cardoso explicita no primeiro parágrafo de seu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, é a sociologia alemã e a economia austríaca que referencia sua reflexão de sociologia do desenvolvimento. Em suas palavras:

“A literatura sociológica e econômica dispõe de recursos analíticos e interpretativos suficientes para esclarecer os mecanismos de formação e **transformação** dos sistema capitalista industrial na Europa e nos Estados Unidos. Da mesma forma, **o papel do ‘empreendedor econômico’** no período clássico da formação do capitalismo tem, nas análises de **Sombart, Weber e Schumpeter** e nas críticas anteriores de Marx, o delineamento básico para sua compreensão.”.

Ora, de forma particular a referenciação em Schumpeter deste trabalho clássico de Cardoso vai se refletir na identificação do “empresário” como núcleo motor do processo de modernização capitalista brasileiro. Para Cardoso, seria um

equivoco

“minimizar a capacidade de modernização do grupo empresarial [nacional] e a importância da redefinição das práticas e da mentalidade dos empreendedores para garantir o prosseguimento do progresso econômico. a passagem do ‘irracional’ para o ‘racional’ fez-se concretamente na situação brasileira através de tipos de ação empresarial cujo sentido é definido pela ‘situação de mercado’, que reflete, por sua vez, um padrão societário. Neste campo, qualquer extrapolação de análises típicas do capitalismo altamente desenvolvido acabaria por esvaziar o conteúdo concreto da ação econômica e levaria a interpretação a um beco sem saída.: ou se consideraria incompreensível a persistência de práticas tradicionais, ou se concluiria que a economia brasileira não se ‘modernizou’. Entretanto, **a modernização da economia brasileira fez-se exatamente pelo aproveitamento** e redefinição paulatina de formas tradicionais de comportamento econômico, passadas no crivo **das aspirações coletivas modernizadoras**”.

É bem verdade que Cardoso reconhecerá que

“o grande impulso de desenvolvimento [especificamente industrial-capitalista] partiu de fora do grupo empresarial e foi sustentado por capitais estrangeiros e pela participação direta do Estado na Economia”

Contudo, em função mesmo da “expansão, por assim dizer, vegetativa do mercado” e da consequente

“instalação de ‘indústrias de verdade’, *verbi gratia*, as automobilísticas e as de construção naval com toda a corte de indústrias complementares ou de base para dar curso àquelas, houve, de fato, a introdução de normas técnicas modernas de produção”

E a importância e **positividade** da internalização das empresas multinacionais encontra-se no fato de que “a competição obriga a uma revisão nas concepções tradicionais sobre o que é agir economicamente com êxito”. De forma que, já em 1962 (data da redação deste trabalho), Cardoso pretenderia que

“começa a existir no Brasil um tipo de liderança industrial exercida por pessoas cujo grau de consciência dos problemas empresariais está longe de refletir uma visão tradicional da economia e da prática industrial”

É bem verdade que a internalização do capital monopolista internacional não deixa de ferir certos interesses do empresariado nacional. Mas, para Cardoso esta

oposição é localizada nos setores industriais mais débeis, que vivem “da manipulação de empréstimos e favores estatais, do trabalho árduo e da sonegação”. Por oposição a este grupo tradicionalista, haveria emergido um setor empresarial genuinamente moderno no bojo do processo de substituição de importações que percebe “ser impossível fechar o mercado [e que] os que insistem em fazê-lo estão ‘um passo atrás’ em face da realidade”. Mais do que isto: no interior do segmento empresarial aberto à articulação com o capital estrangeiro,

“Propriedade, democracia (sic) e prosperidade’ é o refrão de todos. A análise do significado desta crença que vê como fatos solidários a ordem jurídica (sic), a vida política e o desenvolvimento econômico, indica claramente uma reformulação ideológica por parte da burguesia industrial, pelo menos na medida em que os líderes podem exprimir e impor os sentimentos que devem coincidir com os interesses no conjunto dos industriais.

O temor de que a intervenção do Estado, mesmo que favoreça eventualmente a um [ou] outro grupo econômico ... possa minar a crença de todos na inviolabilidade do princípio da propriedade privada faz com que ... as referências ao intervencionismo venham cerceadas de reticências e condicionais. ... Ao mesmo tempo, **inicia-se uma política de afirmação agressiva do capitalismo e da democracia (sic)** contra as tendências estatizantes e socializantes que os industriais atribuem aos políticos de tipo populista.”

Ora, é fácil perceber o quanto esta avaliação dista da avaliação que Florestan faz do movimento de internalização do capital monopolista multinacional. Para Florestan, este processo vai pôr fim a uma era de solidariedade (sempre e necessariamente limitada) entre a classe dominante interna - em permanente e inacabada transição para uma consciência e um controle especificamente burgueses da vida econômica - e o capital internacional. Mais exatamente, Florestan vai pretender que a monopolização autocrática do Estado nacional por parte da burguesia brasileira a partir de 64 seria a expressão mais pura da incapacidade desta última para enfrentar o desafio competitivo posto pela internalização do grande capital monopolista sem o controle e apropriação privatista do poder político e da fiscalidade pública.

O que fundamental a entender desta oposição, contudo, é que a mesma não se assenta (pelo menos não primariamente) em avaliações essencialmente distintas do grau de concentração e desenvolvimento técnico-financeiro do capital privado

nacional exposto ao novo ambiente competitivo. Se Cardoso mostra-se (como sempre) mais “otimista” no que diz respeito ao patamar de desenvolvimento da acumulação interna de capital, ele não desconhece o diferencial de poder competitivo da grande empresa multinacionalizada e a “moderna” indústria nacional. Só que **subestima a importância e significação estrutural deste diferencial a partir de um apego acrítico a uma versão superficial da teoria schumpeteriana do progresso técnico e da acumulação.** De acordo com esta leitura, mais do que o grau de concentração e centralização de capital, é “o progresso técnico [que] é a condição para o lucro”. E a condição do progresso técnico não é outra do que “a competição, [que] obriga a uma revisão nas concepções tradicionais sobre o que é agir economicamente com êxito”.

Vale dizer: havendo o empresariado nacional avançado para perspectivas “modernas” (leia-se, schumpeterianas) de gestão industrial, basta que o mesmo seja “libertado” da estufa protecionista articulada pelo Estado populista e cartorial e devidamente exposto a uma concorrência “salutar” para que a inquestionável capacidade inovativa da burguesia brasileira tome formas especificamente modernas, vale dizer, formas associadas à revolução da base técnica a partir de progresso técnico e acumulação acelerados.

Ora, é fácil perceber o quanto esta interpretação “schumpeteriana” da relação “exposição competitiva / progresso técnico / acumulação” reforça a crítica de Cardoso ao estagnacionismo cepalino referida ao final da seção anterior deste trabalho. Em particular, esta interpretação vai reforçar a (e relativizar a inflexão estritamente ricardiana da) tese esgrimida em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* segundo a qual a acumulação na periferia é rigorosamente compulsiva e não esbarra em qualquer limite de mercado associado e/ou derivado dos baixos salários sistêmicos. Para Cardoso, pelo contrário

“Como o ‘setor moderno’ [das economias periféricas] – cuja dinâmica é semelhante à dos sistemas produtivos dos países centrais – está limitado por **mecanismos quase automáticos de expansão**, condiciona negativamente as possibilidades de protecionismo oficial; por conseguinte, **ficam excluídas como alternativas tanto o apoio às antigas indústrias nacionais surgidas durante o período de substituição de importações quanto a escolha de políticas de desenvolvimento baseadas na utilização extensiva de mão-de-obra, etc.**, pois o setor industrial moderno requer outro tipo de estratégia de

desenvolvimento.”

A inflexão (com o perdão do chavão) “neo-liberal da passagem é demasiado evidente para exigir considerações. Mais importante do que perceber esta inflexão, contudo, é perceber como ela se integra coerentemente no interior de uma leitura cuja principal derivação é a tese de Cardoso (monotonamente repetida em seus inúmeros trabalhos) de que **a moderna “situação ... de desenvolvimento dependente ... supera a oposição tradicional entre *desenvolvimento* e *dependência*”**. Uma conclusão que, por sua vez, desdobra-se na pretensão (apresentada na imediata sequência da passagem supracitada) de que

“a formação de uma economia industrial na periferia do sistema capitalista internacional **minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas, etc.**”

Mas, se é assim, torna-se impositivo perguntar qual é, afinal, a marca distintiva do capitalismo “dependente” (sic) *vis-à-vis* o capitalismo cêntrico. Uma pergunta que Cardoso se faz explicitamente. E a resposta do autor a esta questão só aparentemente é ambígua. Na verdade, sua opção (sintomaticamente tergiversante) por manter a determinação “dependente” como atributo das economias latino-americanas é indissociável de sua leitura de que **a dependência é uma articulação rigorosamente interna, e só não é objeto de superação objetiva na medida em que os Estados nacionais autocráticos latino-americanos sustentam políticas cartoriais de proteção às frações velhas e retrógradas das burguesias latino-americanas**.

Esta é, na verdade, o cerne da tese de Cardoso de que a superação da dependência passa a ser uma questão de “vontade política” Não se trata aqui, de uma vontade política revolucionária, capaz de impor a rearticulação do nosso padrão de inserção na economia mundial a partir da redefinição global da relação entre Estado e sociedade civil e do padrão de apropriação/distribuição dos frutos do trabalho social. Trata-se tão somente da vontade política para realizar o imediatamente “possível”, o que já seria “solicitado pelos novos tempos”. E o que os novos tempos pretensamente solicitam não é só a superação do cartorialismo e do protecionismo estatal, mas **a**

superação destas políticas no interior de uma democracia formal, única forma jurídico-institucional capaz de garantir a efetiva imposição daquelas regras competitivas que (petensamente) fazem do progresso técnico e da acumulação compulsiva a condição necessária, suficiente e rigorosamente exclusiva da apropriação de excedente.

4) À guisa de Conclusão

Como anunciamos na Introdução deste trabalho, nossa intenção no mesmo não é a de realizar uma avaliação abrangente da obra de Fernando Henrique Cardoso. Sequer pretendemos aqui fazer uma avaliação exaustiva das contribuições teóricas presentes em seu trabalho clássico com Faletto. Na verdade, se esta fosse a intenção, teríamos de resgatar as contribuições importantes, originais e (do nosso ponto de vista) particularmente consistentes que brotam dos exercícios de comparação dos distintos padrões de desenvolvimento capitalista latino-americano na primeira metade do século XX e sua conexão com os distintos padrões de arranjo político-societário nos diversos países deste sub-continente.

Não era este, contudo, o nosso objetivo. De fato ele é muito mais modesto. Procuramos aqui tão somente discutir a pertinência da avaliação virtualmente consensual entre economistas políticos e sociólogos críticos latino-americanos de que Cardoso (e, por extensão, Faletto) é, senão o “pai”, pelo menos um dos maiores representantes do pensamento “dependentista” moderno. E a nossa tese – repetidamente anunciada – é a de que tal consenso não passa de um rotundo equívoco. Como o próprio Cardoso por diversas vezes reconheceu, ele não é um “teórico da dependência”. Só que isto não é tudo: do nosso ponto de vista, ele é um dos maiores (senão o maior) crítico desta categoria teórico-analítica.

A defesa desta tese poderia parecer idiossincrática e de relevância discutível não fosse por um aspecto crucial. Cardoso é, hoje, o Presidente da República, e vem implementando um conjunto de políticas públicas que são objeto de críticas frequentes e radicais por parte daqueles economistas políticos que reconhecem na dependência uma das determinações fundamentais do nossa inserção na economia mundial e do nosso padrão de desenvolvimento capitalista.

Assim, as críticas à política econômica de Cardoso envolvem, inúmeras vezes, o questionamento das determinações da “rotação de perspectiva” teórica e política realizada por Cardoso. Pretendemos haver demonstrado aqui a absoluta impertinência deste questionamento. Não há rotação de perspectiva em Cardoso. Antes pelo contrário: **ele realiza no poder o projeto político-econômico que se desdobra de suas teses dos anos 60 e 70.** O que é tão mais problemático e perverso na medida em que, no plano estritamente econômico, tais teses se assentam numa síntese equivocada e simplória da economia política ricardiana (com sua fé abstrata na compulsão à acumulação produtiva), Leninista (com sua crença nas impulsões homogeneizantes do imperialismo) e schumpeteriana (com sua aposta na instabilidade das vantagens monopolistas e na eficácia da livre concorrência como indutor do progresso técnico).